

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

O Surgimento de Pontos de Cultura nas Organizações

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação
Científica - Relatório Final

Campo de Estudo: Políticas Públicas,
Organizações e Cultura

Aluna: Beatriz Negri Nunes de Abreu

Orientador: Mario Aquino Alves

SÃO PAULO – SP
2016

RESUMO

Inserido em um contexto no qual grande parte do desenvolvimento cultural é descrito como “produção” e a cultura é fruto de uma indústria cultural, o Cultura Viva, em sua essência, surge a fim de alterar essa lógica de mercado. Em meados da década de 80, as ações culturais começaram a ser prioritariamente executadas por organizações privadas, este modelo, desencadeou como principais efeitos, o privilégio às atividades culturais clássicas e de algumas organizações específicas, a falta de diversidade cultural, além de uma dependência privada para “produção” de cultura. Desse histórico, encontra-se uma necessidade de colocar o Estado como parte do campo organizacional cultural, com o Programa Cultura Viva e da ação dos Pontos de Cultura, busca-se reverter os efeitos supracitados e garantir a inclusão das organizações culturais que se encontravam fora dessa “lógica de mercado” (BRANT, 2010)

Nesse contexto, presente projeto, nasce com o intuito de compreender os desdobramentos práticos do programa Cultura Viva, mais especificamente de sua ação principal: os Pontos de Cultura. O programa é norteado pela simples ideia de incentivar ações culturais já existentes em organizações e também em comunidades, a fim de perpetua-las e fortalece-las. Nessa definição, podemos perceber a valorização, por parte do programa, da diversidade cultural em um âmbito local, além de uma emancipação e um protagonismo na criação e no desenvolvimento de cultura.

Dessa forma, imerso no contexto cultural atual, deseja-se analisar como os Pontos de Cultura surgem e se desenvolvem em organizações de naturezas distintas. Assim, acredita-se que um estudo empírico e bibliográfico, selecionando organizações chave, será crucial para compreender como essas organizações, contempladas pela política, promovem de fato a noção de desenvolvimento por meio da cultura, de cultura como direito e garantem os ideais propostos pelo Cultura Viva.

Palavras chave: Cultura, Pontos de Cultura, Cultura Viva, organizações culturais, políticas públicas.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
1.1 Apresentação do Projeto e de sua Importância	4
1.2. Panorama do Tema e do Objeto	5
1.3 Problema de Pesquisa	6
2. Metodologia.....	7
PARTE I	
3. O Cultura Viva e os Pontos de Cultura.....	8
3.1 Estrutura e Ideologia.....	8
3.1 Implementação do Programa.....	10
4. Panorama Histórico de Políticas Culturais.....	19
4.1 Contexto Histórico Geral.....	29
4.2 No Brasil.....	20
PARTE II	
5. Ponto de Cultura com Histórico de Ações Culturais -Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco.....	22
6. Ponto de Cultura sem Histórico de Ações Culturais – Ação Educativa....	23
PARTE III	
7. Conclusão.....	25
8. Referencias Bibliográficas.....	31

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do projeto e de sua importância

O presente trabalho, tem como objetivo primordial **analisar o surgimento e o desenvolvimento de Pontos de Cultura em organizações de naturezas distintas**. Com isso, pretende-se compreender como esses processos ocorrem e se diferenciam em cada organização, além de assimilar suas motivações.

A fim de contemplar o objetivo supracitado, será necessário primeiramente analisar formalmente a política de Pontos de Cultura abrangendo seus objetivos e articulações. Além disso, também se faz importante um entendimento geral do cenário cultural brasileiro de forma que se entenda a diversidade cultural como fomentadora do desenvolvimento social, econômico e local. Com essas análises, iremos compreender a importância e a necessidade de um programa como o Cultura Viva e os Pontos de Cultura no cenário atual brasileiro. Assim, devido a essa pertinência do programa, é necessário saber se as organizações contempladas, promovem essa noção de cultura como um direito e desenvolvimento, além de garantir os objetivos do Cultura Viva.

Assegurada a relevância do estudo do programa de Pontos de Cultura, o trabalho tem ainda como objetivos específicos: Entender o perfil e as particularidades das organizações que desenvolvem Pontos de Cultura; perceber como se deu, em um processo histórico, a formação desses Pontos de Cultura e apurar o porquê da relevância e da utilidade de organizações se tornarem Pontos de Cultura. Nesse sentido, foram selecionadas algumas organizações para que os aspectos supracitados possam ser entendidos e analisados empiricamente.

Dessa forma, para que seja possível um melhor entendimento e diferenciação entre as organizações estudadas, estas foram divididas em duas categorias que definem duas abordagens distintas: 1º) Organizações com histórico de atividades culturais e que são Pontos de Cultura e 2º) Organizações que não possuem um histórico de atividades culturais e são Pontos de Cultura.

A organização analisada no que tange a primeira categoria descrita acima, está localizada na região sul de São Paulo e se chama Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco. Essa escolha foi feita devido a Zona Sul ser uma região periférica e dessa forma, acredita-se que os Pontos de Cultura lá instalados tenham

uma maior força comunitária devido a escassez de políticas e ações culturais na região comparada a região central. Além disso, de uma perspectiva prática, as avaliações¹ dadas às organizações da Zona Sul são consideravelmente maiores que as de outras regiões. Quanto a segunda categoria estudada, foi escolhida uma organização que é ponto de cultura mas não apresentava historicamente a cultura como sua ação principal. Dessa forma, a organização estudada, será a Ação Educativa. Nesse sentido, acredita-se que esse contraste de históricos trará reflexões significativas quanto ao tema.

1.2. Panorama do tema e do objeto

O macro tema no qual este trabalho se desenvolve é a cultura no Brasil. Dessa forma, se faz necessária uma breve exposição do desenvolvimento cultural no cenário brasileiro, principalmente para que se possa compreender a conjuntura atual. Primeiramente, entende-se que em um processo histórico, este cenário, que abrange o Ação de pontos de cultura e que preza pela diversidade e inclusão, sofreu modificações durante as ultimas duas décadas.

As ações culturais eram prioritariamente realizadas por organizações privadas, este modelo desencadeou como principais efeitos a concentração regional e a restrição de recursos e ações culturais, ao passo que influenciou privilégios para certas organizações. Daí surge a necessidade de colocar o Estado como parte do campo organizacional cultural, a partir da formulação do Programa Cultura Viva e da ação dos pontos de cultura que buscam reverter os efeitos supracitados e garantir a inclusão das organizações culturais que se encontravam fora da “logica de mercado” (BRANT, 2010). A partir dessa breve introdução histórica, é possível compreender a necessidade de políticas como o Cultura Viva e da ideia de cultura para todos. Entendido o panorama geral do tema, é relevante uma explicação mais específica do objeto de estudo de fato.

O objeto específico de estudo do presente trabalho é a Política Nacional de

¹ “O processo de avaliação foi realizado por uma Comissão, formada por 8 (oito) integrantes da Sociedade Civil, sendo pessoas ou representantes de organizações com reconhecida atuação na área cultural da cidade, especialmente com histórico na defesa dos direitos culturais e 8 (oito) integrantes do Poder Público, dentre estes, 5 (cinco) representantes designados pela Secretaria Municipal de Cultura, 1 (um) representante do Governo do Estado de São Paulo e por 2 (dois) representantes do Ministério da Cultura.” Disponível em: <<http://programavai.blogspot.com.br/2014/06/resultado-do-primeiro-edital-dos-pontos.html>>

Cultura Viva, mais precisamente os pontos de cultura. Dessa forma, se faz necessária uma breve introdução do funcionamento da política e de suas articulações. A Política Nacional de Cultura Viva foi criada em 2004 Ministério da Cultura, mais especificamente pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), com o intuito principal de ampliar o acesso e o desenvolvimento de atividades culturais no país. Salientando a estrutura do Programa, entendemos que o Cultura Viva tem como propósito a realização de um repasse financeiro de 60 mil reais por ano, vindos diretamente do governo federal para ações da sociedade civil que fomentem e difundam cultura. A política de Pontos de Cultura (dentro do Cultura Viva), se define pela seleção de organizações que se apresentaram como polos difusores culturais, por meio de um edital.

Nesse sentido, o Cultura Viva e os pontos de cultura tem como diferencial de outras políticas culturais realizadas no país, dois pontos importantes. Primeiramente, é uma política notavelmente disseminada, ou seja, embora exista uma concentração na região sudeste, existe um esforço para a desconcentração de recursos o que caracteriza positivamente o programa, pela maior distribuição geográfica (MEDEIROS, 2013). Além disso, temos a característica fundamental do Cultura Viva, de considerar a cultura como um processo e não como um produto final. Nesse sentido, o recurso não é condicionado ao cumprimento de metas ou à apresentação de um projeto final. O recurso é repassado pela crença na necessidade de processos artísticos e culturais em desenvolvimento nas regiões brasileiras (BITTENCOURT, 2014).

Em suma, a ideologia primordial do Cultura Viva e dos pontos de cultura é garantir o protagonismo daquele que desenvolve a ação cultural em detrimento de um controle rígido governamental. Assim, é possível incentivar o diálogo com a sociedade civil encorajando uma gestão participativa. Dado o caráter social e inclusivo do projeto, este procura contemplar ações existentes que contribuem para uma inclusão social, construção de cidadania e o fomento à diversidade, por meio do desenvolvimento de ações culturais.

1.3 Problema de Pesquisa

Apresentado o foco do trabalho no entendimento da Política Nacional de Cultura Viva e em sua ação específica que são os pontos de cultura, procura-se compreender como esses desenvolvimentos e metas teóricas da política estão se

apresentando na realidade. Por meio de uma análise empírica de duas organizações chave, acredita-se poder inferir como essa dinâmica ocorre em diferentes casos. Dessa forma, a pergunta que irá reger o presente trabalho é : “Como e por que, organizações de perfis distintos se tornam Pontos de Cultura?”

2. METODOLOGIA

Com a finalidade de organizar o raciocínio e o entendimento do trabalho, a pesquisa será dividida em três grandes partes. Primeiramente, um capítulo estritamente bibliográfico que contará com a apresentação de conceitos, teorias e estruturas, o que possibilitará uma apropriação prévia do universo que o trabalho compreende. Dessa forma, o entendimento e as conclusões do leitor aos fatos concretos, posteriormente apresentados, estarão condicionados e direcionados, de uma maneira positiva, as teorias explicas nessa primeira parte.

Após essa apresentação de conceitos, serão apresentados os resultados do trabalho de campo. As entrevistas e pesquisas do caso serão realizadas nas organizações selecionadas, e serão expostas em formato de histórico e informações internas conseguidas. Essa exposição, em formato descritivo, não irá apresentar conclusões concretas nesse primeiro momento. A ideia é que, a apresentação dos resultados factíveis (segunda parte), relacionados com a teoria exposta na primeira parte levará o leitor a desenvolver suas próprias conclusões e impressões sobre o tema. Nesse sentido a concretização do trabalho conta com uma participação ativa do leitor. Por fim, o terceiro segmento do trabalho conta com uma conclusão própria, que irá relacionar as partes decupadas anteriormente. Assim, será exposto um ponto de vista particular, mas que será justificado nessa terceira parte fazendo uso de argumentos bibliográficos e também de casos da pesquisa de campo.

Em suma, a realização do presente trabalho contará com uma apresentação bibliográfica substantiva relacionada com a experiência de campo que será apresentada no formato de um diário de entrevistas e experiências. Nessa fase, o leitor poderá desenvolver suas próprias conclusões, e ao final, durante a terceira parte relacionar suas impressões com as apresentadas na conclusão.

PARTE I

3. O Cultura Viva e os Pontos de Cultura

3.1 Estrutura e ideologia

Em primeiro lugar, com a finalidade de clarificar o funcionamento e a estrutura da política de Cultura Viva e os pontos de cultura, se faz necessária uma explicação do funcionamento práticos destes. Em meio a estas explicações serão salientados aspectos ideológicos dessas ações, que são fatores primordiais para a estruturação e o formato atual do programa.

O Cultura Viva surge de uma noção simples, que é incentivar ações culturais já existentes em organizações e também comunidades, a fim de perpetua-las e fortalece-las. Essa simples forma de pensamento já traz em si uma ideia de emancipação e protagonismo aos agentes reais fomentadores de cultura. Dessa forma, os Pontos de Cultura, sendo a maior ação do programa, pretendem estabelecer convênios com iniciativas culturais já existentes na sociedade civil e dessa forma apoiar e valorizar iniciativas no meio cultural dentro de comunidades e organizações. A ideia dos convênios, possibilita que a política delimite o tipo de incentivo mas não impõe o que será incentivado, sendo possível que as ações culturais existentes tenham a oportunidade de exercer de fato suas culturas.

O programa foi criado em 2004 durante o governo do Ministro da Cultura na época, Gilberto Gil. Dentro da Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), teve como grande idealizador o secretário Célio Turino. No sentido da abrangência institucional do Cultura Viva, o programa é visto como uma mudança de paradigma no sentido de cultura para todos, num cenário histórico de políticas culturais para elite². Nesse sentido, o MinC entende o programa como uma oportunidade de implementar uma política cultural que tenha a abrangência necessária para atender a diversidade do país (MINC, 2011). Com essa ideologia, o Cultura viva tem como público alvo organizações e comunidades com baixo acesso aos meios de produção, fricção e difusão de cultura, e ainda populações com baixo reconhecimento de suas identidades culturais. Reproduzindo o artigo inicial do programa temos como beneficiários:

² Decupado em 4. Panorama histórico de ações culturais. Página:19.

- I - Estudantes da rede básica de ensino público;
- II - Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- III - Populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto em grandes centros urbanos quanto nos pequenos municípios;
- IV - Habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro;
- V - Agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural (GIL, 2004)

O processo de seleção, realizado pelos editais, contemplam a participação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que sejam de natureza cultural. Estão dentro essas características sindicatos, associações, cooperativas, fundações privadas, OCIPs ou OS. Assim, a fim de se referir a qualquer uma dessas organizações jurídicas que o programa engloba, elegeu-se o termo *organizações culturais*.

Posto que o Cultura Viva tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de ações culturais em organizações já existentes, o principal critério de seleção dessas organizações culturais é que as ações fomentadas pelas mesmas estejam sendo desenvolvidas à no mínimo dois anos. No caso de haver necessidade de desempate no processo de seleção dos editais existem parâmetros mais específicos para a escolha:

Capacidade viabilização e gestão; capacidade de desencadeamento de novas iniciativas locais; capacidade de incorporação de outros parceiros e recursos; abrangência e alcance; atendimento de populações em áreas de alta vulnerabilidade social; indicadores como IDH, mortalidade infantil, desemprego, violência, alfabetização, entre outros; idoneidade; compromisso com o programa (GIL, 2004).

Uma característica marcante do Cultura Viva, que é fator primordial em sua grande dimensão, é sua noção de **rede**. Essa ideia traz em si uma articulação entre as organizações participantes ao passo que as mesmas se relacionam e trocam experiências dando uma potencialidade ainda maior ao programa. Nesse sentido, um Ponto de Cultura seguiria a fórmula matemática a seguir:

$$PC = [a + p]^R^3$$

A presente formula apresentada pelo idealizador do programa, Celso Turino, apresenta por uma perspectiva matemática e objetiva as relações entre as principais variáveis ideológicas que definem o programa. Nesse sentido Um Ponto de Cultura (PC) é a autonomia (a) e o protagonismo (p) da organização somados em colchetes e assim exponenciados pela noção da rede (R). Essa ideia de exponenciação acontece devido a troca de elementos e características quando o relacionamento em rede é garantido. Nesse processo, as organizações se transformam positivamente trocando experiências e compartilhando informações, o que ainda, por definição, ajuda a garantir a autonomia e o protagonismo do desenvolvimento dos Pontos.

Após essa explicação prática do funcionamento e da ideologia que o programa pretende fortalecer, se faz necessária uma explicação histórica de sua implementação. O Cultura Viva passou por três fases, divididas por razões didáticas, que caracterizaram as mudanças que o programa teve que sofrer, em contextos históricos distintos, a fim de manter suas metas.

3.2 Implementação do Programa

Primeiramente, antes de compreender como se deu na prática a implementação do Cultura Viva, se faz necessário apresentar o contexto geral econômico e político que fez este projeto possível. Como já foi dito anteriormente, o Cultura Viva foi criado em 2004 durante um ano de muitas mudanças no cenário político. O Partido dos Trabalhadores (PT) assume a presidência da república, o que aumentou o fluxo de formulação e implementação de políticas públicas, principalmente na área da cultura. Ainda nesse contexto, podemos destacar a presença de Celso Turino que assumiu na época a Secretaria de Ação Cultural, dentro do Ministério da Cultura e se caracterizou como o grande idealizador do Cultura Viva. Além disso, temos o então Ministro da Cultura Gilberto Gil que teve os conceitos que basearam o programa, defendidos em sua carreira política e também artística. Além desses atores fundamentais, o Brasil passava por um contexto econômico difícil, que

³ MEDEIROS, A. K. Políticas públicas e organizações culturais: O caso do programa Cultura Viva. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Página 53.

contraditoriamente favoreceu a implementação do Cultura Viva. A falta de recursos disponíveis para as políticas culturais, ao invés de prejudicar o Cultura Viva o favoreceu, posto que o programa foi apresentado com de baixo custo para o governo devido ao seu aproveitamento local. Em suma, a característica marcante de valorização da potencialidade local e de sua riqueza cultural tornou possível a implementação do Cultura Viva em um contexto impensável para o desenvolvimento de políticas culturais (MEDEIROS, 2013)

Nesse cenário, a implementação de fato do Cultura Viva acontece por meio da Portaria Ministerial nº 156 ainda no ano de 2004. Sabendo que o Cultura Viva acontece primordialmente pelas ações das organizações culturais, a ação governamental se dá pela análise dos editais de seleção dos Pontos de Cultura além dos repasses do recurso. Os projetos em si, passam a ser executados pela própria organização cabendo ao governo apenas o acompanhamento do projeto. Durante a implementação do programa, foram feitas algumas alterações e adaptações do projeto original de acordo com repostas práticas da execução. Nesse sentido, a fim de apresentar uma explicação mais didática o processo de implementação foi dividido em três partes distintas, sendo estas flexíveis podendo se sobrepor e se relacionar.

A **primeira fase** do programa Cultura Viva se inicia em 2005 com a seleção dos primeiros editais para Pontos de Cultura. Sendo estes a ação principal do Cultura Viva devido à sua grande abrangência e sua característica de articulação em rede, previamente explicada. Ao serem selecionadas, as organizações passam a receber o recurso do governo federal e a executar suas ações como pontos de cultura. Durante este primeiro momento uma importante ação desenvolvida além dos próprios pontos de cultura são os pontos de cultura, que tem como objetivo “ articular os Pontos de Cultura de suas áreas de especialização, auxiliando na capacitação desses Pontos de Cultura e na difusão do conhecimento por eles produzido” (MINC, 2012). Além dos pontos, algumas ações complementares constituíram o programa ao longo dos anos, e estas podem somar aos pontos e pontos contribuindo à ações específicas. Dentre essas ações complementares temos os Pontinhos de Cultura, caracterizados pelo foco na infância e juventude; a Ação Griô, baseada na pedagogia Griô se dedica a transferência de saberes tradicionais; Agente Ação Cultura Viva que vigorou entre 2005 e 2007 e se dedicava a incluir jovens no mercado de trabalho. (MEDEIROS, 2013) Todas essas ações complementares se comunicam e se articulam entre si buscando um objetivo comum que é a disseminação do acesso a cultura. No quadro

abaixo podemos observar mais detalhadamente as ações complementares e suas especificidades:

Ação	Objetivo	Forma de transferência de recursos	Parceiros
<i>Pontos de Cultura (também chamados Pontos diretos)</i>	Desenvolver as ações propostas no plano de trabalho e articular (em rede) as demais ações do Programa Cultura Viva	Convênio (transferência voluntária) para o repasse de recursos entre MinC e organizações culturais. Cada ponto recebe R\$ 60 mil/ano, divididos em parcelas semestrais e renováveis por três anos	-
<i>Pontos de Rede</i>	Integrar a rede de pontos de cultura atuando em diferentes níveis – municipal e estadual, tendo os mesmos objetivos dos pontos de cultura	A princípio a mesma forma que os pontos de cultura, mas cada município, estado ou fundação cultural pode adaptar os editais de seleção e, conseqüentemente, os convênios firmados	Secretarias de cultura (e correlatas) dos níveis municipal e estadual, e fundações culturais, em parceria com o MinC
<i>Pontões de Cultura</i>	Articular os pontos de cultura de suas áreas de especialização, auxiliando na capacitação desses pontos de cultura e na difusão do conhecimento por eles produzido.	Os pontões são constituídos de, no mínimo, dez pontos de cultura, geridos em consórcio e que recebem recursos até R\$ 500 mil/ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas	Seu financiamento se dá por meio de parcerias com empresas públicas, privadas e governos locais
<i>Pontinhos de Cultura</i>	Mobilizar, sensibilizar e desenvolver conjuntamente com instituições públicas e entidades sem fins lucrativos a elaboração de atividades para a implementação e difusão dos direitos	Valor transferido na condição de (até 300) prêmios no valor de R\$ 30 mil cada, a entidades sem fins lucrativos e instituições governamentais que atuem na(s) área(s) sócio-cultural-artístico-educacionais	MinC (por meio da Secretaria da Cidadania Cultural e da Secretaria de Articulação Institucional do Programa Mais Cultura)

	da criança e do adolescente, principalmente no que tange do direito de brincar enquanto patrimônio cultural	referentes à Crianças e Adolescentes. Realizado em 2010	
<i>Ação Cultura Digital</i>	Interligar as ações locais e promover a troca de experiências dos pontos, bem como a comunicação entre eles a partir da tecnologia digital, possibilitando a circulação da sua produção textual e audiovisual.	20% dos recursos de convênio dos pontos de cultura são destinados para a aquisição do <i>kit multimídia</i> , equipando a ação Cultura Digital	Sobretudo pontões de cultura de atuação digital
<i>Ação Griô</i>	Implementar uma política de valorização da tradição oral presente na cultura de muitas comunidades brasileiras, mantida por “contadores de histórias. Estimular e sistematizar o vínculo entre educadores e a comunidade, bem como a dinâmica de fortalecimento da identidade local.	A ação prevê a distribuição de bolsas de trabalho aos mestres griôs e seus aprendizes no valor de R\$ 350/mês, durante o período de um ano, para divulgarem e pesquisarem as tradições orais do país.	A origem desta ação foi um convênio com a instituição Grãos de Luz e Griô, de Lençóis (BA), que firmou parceria com o MinC
<i>Ação Escola Viva</i>	Integrar os pontos de cultura à escola a fim de colaborar com a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura	Valor firmado em cada edital de chamamento	Lançamento do edital conjunto entre o Ministério da Educação (MEC) e o MinC
<i>Ação Agente Cultura Viva</i>	Articular cultura e educação em processos de formação	Recursos financeiros e referenciais normativos do programa Primeiro Emprego. Esta ação foi encerrada no ano de 2007.	Realizada em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Quadro I: Ações Complementares Programa Cultura Viva

Fonte: Silva e Araújo (2010:39-43) e Lei no 757/2011 (BRASIL, 2011), adaptação Medeiros, 2013

Nesse contexto inicial, o Cultura Viva se desenvolve rapidamente tendo já em 2005, 72 pontos conveniados. Essa disseminação e abrangência do programa surpreendeu gestores e se concretizou de maneira geométrica. (MEDEIROS, 2013) Entretanto esse crescimento acelerado gerou um novo tipo de relação entre os Pontos de Cultura e os municípios os quais então inseridos. Esse conflito político, deu abertura a questionamentos, por meio de secretários de estado e municípios, quanto ao repasse de recurso aos pontos determinados. Dessa maneira, a primeira fase do Cultura Viva foi relacionada à um crescimento acelerado, que deu origem a conflitos políticos entre os municípios e o governo federal. Dessa forma, a fim de sanar esses problemas além de um esgotamento dos recursos federais, que será melhor explicado a frente, instaura –se a segunda fase do programa, que será marcada por editais não somente federais, mas também municipais e estaduais.

Com o início da **segunda fase**, a partir do ano de 2007 os estados e municípios começam a realizar convênios com o MinC a fim de selecionar os “pontos de rede” o que daria início a redes estaduais e municipais de Pontos de Cultura. Essa nova parceria entre as esferas de governo, proporciona uma divisão de responsabilidades financeiras e de gestão e ainda o lançamento de editais e a articulação entre pontos de cultura se torna compartilhado. A rede de Pontos de Cultura, deixa mais complexa essa relação das organizações com o meio público, posto que nesse estágio um ponto pode estar vinculado somente ao MinC, ou à uma secretaria municipal ou estadual. Nesse sentido, essa nova configuração do Cultura Viva se caracteriza por um momento de grande ampliação do número de pontos de cultura devido a inserção de novos âmbitos públicos, e a estruturação de novas redes de articulação entre os pontos. Durante essa segunda fase do Cultura Viva, devido a criação das redes estaduais e municipais, podemos observar claramente a expansão numérica que está ilustrada no gráfico abaixo:

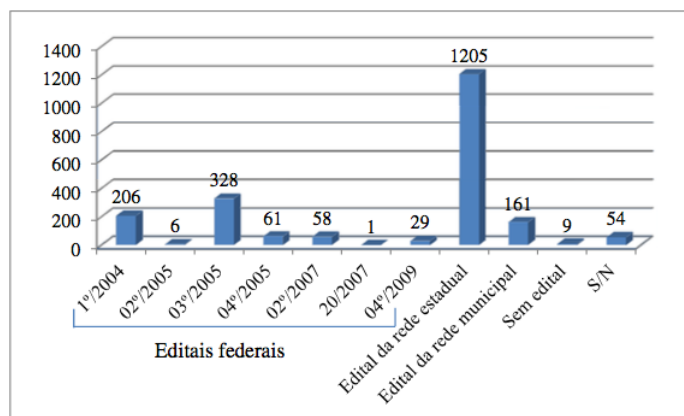


Gráfico I, Pontos de Cultura e pontos de rede implementados por edital. Fonte: MEDEIROS, 2013.

A partir da análise do gráfico, pode-se observar que quando é instaurado o edital da rede estadual o número de pontos de cultura e de pontos de rede dá um grande salto em comparação com os editais federais. Considerando todo esse contexto de expansão e de articulação das redes, o MinC considerava importante a manutenção dos princípios e das características marcantes do programa, entretanto essa abrangência extraordinária que o Cultura Viva desenvolveu, se mostrou bastante complexa do ponto de vista da gestão. Alguns convênios mostraram particularidades como pesos diferenciados para os critérios de decisão; privilégios de regiões; limite numérico de pontos por região; além de pagamentos de convênios com prêmios. (MEDEIROS, 2013)

Em suma, essa nova fase, que foi marcada pela gestão compartilhada, aproximou de fato os gestores públicos das secretarias aos pontos de rede, tornando a relação com o poder público mais próxima. Entretanto, esse mesmo fator, tornou essas relações mais complexas e difíceis de lidar na prática. Dessa forma, esses novos desafios, serão intensificados e irão requerer providências específicas, como será detalhado a seguir.

Antes de entender as medidas concretas tomadas para a resolução dos problemas do Cultura Viva (terceira fase), é necessária a análise das avaliações do programa até o final desta segunda fase. Avaliações formais mostraram que, até os primeiros oito anos de programa, a maior dificuldade do Cultura Viva seria : a baixa capacidade de gestão. Esse problema se caracteriza por dificuldades práticas decorrentes da estrutura burocrática que envolve o programa e as organizações participantes. Nesse sentido, muitas organizações não eram familiarizadas com determinações do poder público, como prestações de contas, licitações, práticas jurídicas para execução de convênios etc. A adoção de rígidos critérios para o desenvolvimento de ações, que já eram feitas anteriormente de maneira mais flexível, tornou difícil a adaptação de muitas organizações culturais. Nesse contexto, apesar dessas regras burocráticas serem necessárias para um bom funcionamento do Estado e um bom uso dos recursos públicos, inviabilizaram ações indispensáveis às organizações culturais. (MEDEIROS, 2013) Dessa forma, durante esse período de avaliação, foi destacada pelos gestores dos pontos e pontos, as prestações de contas pendentes, como maior gargalo do Cultura Viva. Essa deficiência na prestação de

contas, são resultado de organizações que em grande parte nunca haviam trabalhado com recursos públicos, por isso possuíam muitas dúvidas no que tange o tema. Nesse contexto de falta de informação, a SCDC não possuía uma equipe numerosa que poderia sanar esses equívocos, o que levou a um agravamento cada vez maior dessa conjuntura. (SILVA e ARAUJO, 2010) Além desses desafios, o Cultura Viva também encarava um atraso significativo no repasse de recursos, o que gerou estresse, desorganização e desmotivação. Como já foi explicado anteriormente, a segunda fase do programa foi caracterizada por uma grande expansão, posta a imposição de convênios municipais e estaduais. Esse processo, ocasionou uma perda de informações relevantes sobre o Cultura Viva. Ao mesmo tempo que as informações se disseminaram pelos municípios, não sendo contidas unicamente na SCDC, estas não foram sistematizadas de maneira eficiente, o que explica a dificuldade de encontrar dados consistentes sobre o Cultura Viva. (SILVA e ARAUJO, 2010)

Em linhas gerais, as consequências da segunda fase do programa foram polarizadas. De um lado, a inserção de novos atores (estados e municípios) foi bastante positiva no sentido de dividir tarefas e responsabilidades fiscais entre as esferas públicas. O número de gestores participantes do programa aumentou significativamente e também estes se encontram geograficamente mais próximos das organizações culturais. Por outro lado, a gestão compartilhada tornou mais complexa a relação dos órgãos públicos com as organizações culturais desenvolvendo uma gama de dificuldades, previamente citadas, relacionadas principalmente com a baixa capacidade de gestão. Nesse cenário de grandes dificuldades e de uma estagnação prática do Cultura Viva, se fez necessário o desenvolvimento de uma outra visão do programa de forma geral, o que conduziu à terceira fase: seu redesenho.

Durante a **terceira fase** do Cultura Viva, devido as grandes dificuldades encontradas, buscava-se amenizar os problemas identificados, ajustando características do programa. Ao longo do ano de 2011 foram feitas mutirões para realizar ações importantes como por exemplo: solucionar as prestações de contas pendentes, tanto no âmbito federal na SCDC quanto nos meios estaduais e municipais; outra ação foi a contratação de consultorias para auxiliar no trabalho dos gestores públicos apresentando soluções viáveis; além da realização de vários cursos de formação para os gestores dos pontos e pontos de cultura. (SILVA et al, 2011) Outra ação específica tomada a fim de amenizar um problema particular identificado, foi a proposição de mecanismos que conseguissem flexibilizar a Lei de licitações. Nesse

sentido, os casos específicos do Cultura Viva no que tange as prestações de contas das organizações culturais, não teriam o mesmo rigor de exigência que outras situações. (MEDEIROS, 2013)

Mesmo com todas essas ações, a maior mudança aconteceu em 2012 com a criação do Grupo de Trabalho para o redesenho do programa Cultura Viva (GT Cultura Viva). O grupo, é coordenado pelo IPEA e supervisionado pelo MinC por meio da SCDC. Além destes, contava-se com a participação de entidades ligadas a políticas culturais, listadas a seguir: IPHAN, Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Biblioteca Nacional (BN), Fundação Cultural Palmares (FCP), Funarte, Fundação Joaquim Nabuco, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), Serviço Social do Comércio (SESC), Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC), Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas; Representações Regionais do Ministério da Cultura; e Controladoria-Geral da União.⁴ De maneira geral a ideia do GT Cultura Viva é elaborar, juntamente com os parceiros supracitados, uma proposta de redesenho para solucionar os problemas encontrados.

Quanto à algumas propostas concretas do GT Cultura Viva temos uma proposta de formação continuada para os gestores dos pontos e pontos além da criação de uma plataforma digital que consiga unificar os bancos de dados dispersos e imprecisos. Essas resoluções visam principalmente solucionar os problemas de baixa capacidade de gestão, fortalecendo as redes da gestão compartilhada e os próprios pontos. O redesenho do programa ainda propõe o reconhecimento de pontos de cultura, instituições e grupos culturais que possuem um histórico de ações culturais, sem a execução de convênios. Assim seriam concedidos prêmios e certificados à essas organizações. (MEDEIROS, 2013)

Outra medida que causou bastante polêmica na época que foi apresentada, foi a de verbas proporcionais ao número de habitantes de cada região. Essa decisão busca equilibrar os gastos do programa, posto que existe uma limitação de recursos. Assim, com os recursos disponíveis espera-se alcançar o maior número de beneficiários. A

⁴ Redesenho Cultura Viva - ppt. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:11qvY48utEsJ:www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/11/Redesenho-Cultura-Viva-IIIRT.ppt+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>>

ideia propõe que municípios de pequeno porte, que possuem menor capacidade de captação de recursos, receberiam menos repasse que os de grande porte, que, por definição arrecadam mais. Os argumentos favoráveis a essa medida seriam o equilíbrio das contas do programa além do aumento do público beneficiário. Entretanto essa medida, também criticada por Célio Turino⁵, direciona recursos à municípios que já contariam com maior estrutura e equipamentos culturais em detrimento de municípios que não dispõem desses aparatos públicos.

Em linhas gerais a maior crítica ao redesenho como um todo, se relaciona à seu enfoque. Nesse sentido, o idealizador do programa Célio Turino apresenta sua opinião crítica sobre o redesenho:

Redesenho não trata o principal problema: volta-se para as organizações, mas não tratam da parte técnica – as regras formais que se aplicam tanto aos pontos de cultura quanto a empreiteiras de grandes obras públicas (TURINO, entrevista concedida em 22 de janeiro de 2013 – retirado de MEDEIROS, 2013).

Posto que a grande maioria das resoluções estão voltadas para as organizações culturais, critica-se que a maior dificuldade enfrentada é a baixa capacidade de gestão do próprio programa e essa dificuldade não foi abrangida suficientemente.

4. Panorama histórico de políticas culturais

4.1 Contexto Histórico Geral

Uma política cultural pode ser embasada em modelos historicamente diferentes, estes modelos são definidos pela pelas prioridades que cada gestor público julga ser mais importante em um contexto. O caso Brasileiro, se baseia principalmente em dois modelos distintos, o norte-americano e o francês, que serão melhor explicados a seguir (DURAND, 2001).

Analisando o contexto norte-americano podemos observar que a primeira lei de incentivo à cultura foi desenvolvida na década de 1920 sendo apreendida por diversos outros países durante a década de 1980. Entretanto mesmo possuindo uma lei

⁵ O pronunciamento de Célio Turino durante reunião de redesenho do programa Cultura Viva (15/12/2011) disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=4vk2nU_PA4Q>

de incentivo, o suporte de fato não era maciço até a década de 1960, isso pois a cultura era entendida como um produto comercial, ou seja, o incentivo público à cultura era direcionado a uma indústria cultural. Nesse contexto, antes de 1960, acreditava-se que a produção cultural norte-americana era supérflua, que não contribuía para a formulação de uma identidade nacional, e dessa forma, seria indigna de um investimento contundente. Entretanto, a partir da década de 1960, com a criação da agência de cultura *National Endowment for the Arts* (NEA), o poder público passou a se interessar mais pelo tema cultural direcionando algum recurso. Entretanto, mesmo com esse repasse, a atuação privada ainda era bastante substantiva (MEDEIROS, 2013).

Em contraste com o cenário norte-americano, os modelos europeus, principalmente o francês, teve uma abordagem distinta no âmbito cultural. Durante as décadas de 1950 e 1960 as políticas culturais eram valorizadas tanto quanto outras políticas fundamentais (como saúde e educação), e dessa forma deveriam ser fomentadas de maneira democrática e inclusiva. Entretanto, por volta da década de 1980, esse modelo de forte atuação estatal perde força, dando espaço a disseminação do modelo de *mecenato* pelo mundo. Esse modelo se define por uma forma de “patrocínio privado” às ações culturais, de maneira que o fornecedor dos recursos escolhe e direciona essas ações arbitrariamente. O modelo se deu, quando a crise financeira se intensificou e dessa forma fez com que a atuação pública diminuísse em detrimento do investimento privado. (TOEPLER e DEWEES, 2005)

Dessa forma, esse período foi marcado prioritariamente por uma atuação estatal meramente focada no financiamento de ações que eram desenvolvidas pela iniciativa privada, o que ficou conhecido como *mecenato* e foi criticado como uma forma de privatização da cultura (MEDEIROS, 2013).

4.1. No Brasil

Considerando o panorama global apresentado anteriormente é necessária uma reflexão específica do contexto brasileiro. Alguns autores (COHN, 1984; RUBIM, 2008) consideram que, de fato, a implementação consistente de uma política cultural brasileira, ocorre por volta da década me 1930 com o intuito de desenvolver uma identidade nacional, sendo uma forma de reconhecimento de governos autoritários. Após esse período, o governo reduziu largamente o direcionamento de recursos a

cultura, principalmente durante 1945 e 1964, coincidindo com a criação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953 (MEDEIROS, 2013).

Após um período de estagnação, durante a década de 1970 começa-se a perceber que o tema da cultura volta, mesmo que incipientemente, à agenda. Em um contexto de ditadura militar e de grande repressão e censura, percebe-se que a política cultural tem função de mantenedora da ordem e de garantia dos valores postos pelo governo militar (COHN, 1984). Nesse sentido, devido ao Estado altamente centralizado, as políticas culturais ganham uma dimensão federal, culminando na proposta do Primeiro Plano Nacional de Cultura (1975) que institucionaliza o setor cultural na agenda (RUBIM, 2008). Durante o período de redemocratização, é percebida uma maior força dessas políticas, principalmente devido ao fato da descentralização, acompanhada de movimentos sociais e da criação do Ministério da Cultura, concretizando essa pauta na política brasileira.

Entretanto, a crise econômica e política subsequente levou novamente à um retrocesso, e entre essas ondas de relevância das políticas culturais, elas foram de fato retomadas com a Lei Sarney (lei nº 7.505 de 1986) com um novo modelo, o *mecenato*. Esse modelo, encoraja produções culturais mercadológicas e garantiu à empresas a decisão de onde alocar recursos. Além disso, a empresa alocava recursos em organizações culturais descontando esses recursos de seus impostos. Assim as empresas teriam o poder de escolha de quais ações seriam beneficiadas, com recursos públicos. Dessa forma, mesmo com oposições a esse modelo, prevaleceu um modelo no qual, as ações culturais não eram realizadas pelo governo mas sim pelo setor privado, com um financiamento concedido pelo Estado, de renúncia fiscal (OLIVIERI, 2004; RUBIM, 2009). Sendo assim, o modelo faz com que o Estado tenha um papel de incentivador e fiscalizador ao invés de um formulador e implementador. A crítica principal a esse modelo é a restrição do setor cultural, tornando organizações específicas, grandes protagonistas das políticas culturais. Além disso, temos um baixo acesso da população em geral, acompanhado de uma concentração regional (Sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro) e de uma restrição temática, contida nos segmentos “clássicos” da cultura (música erudita, teatro, dança entre outros.) (OLIVIERI, 2004). Nesse contexto, observa-se que as ações culturais seguem um modelo mercadológico, sendo que as empresas utilizam a cultura como marketing, atraindo público e distanciando-se ainda mais da ideia de cultura como um direito (DURANT, 2001).

Ao final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, o desenvolvimento de

ações culturais era mais difundido entre outros atores. As empresas privadas ainda com o papel de selecionar ações; o MinC e outras instituições públicas voltadas para cultura, como o orçamento para execução garantido no Plano Plurianual (PPA); além de outras organizações culturais como a FUNARTE, que se moldaram a esse novo modelo. Nesse cenário, o Estado, além de possuir as dificuldades já apresentadas (concentração regional e temática e o baixo acesso da população), destaca-se a questão gerencial. Nesse sentido, temos: um baixo número de servidores; dificuldade na formação de convênios com a sociedade civil; inadequação e insuficiência dos fluxos de recursos; e a dificuldade da administração pública de coordenar as ações (SILVA e ARAUJO, 2010).

Em meio à todas essas críticas e problemas do modelo de mecenato, se vê necessária uma reformulação e ampliação do conceito de cultura. Com a eleição de um governo, até então de oposição, a busca de um modelo alternativo foi facilitada. Quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu em 2003, as políticas públicas culturais foram embasadas em valores como: a diversidade cultural; a cultura como um direito básico; e sua importância econômica sendo ela geradora de trabalho e renda (MINC, 2010). A partir de 2003, o MinC começou a articular outros entes governamentais como o Ministério da Educação, Secretarias municipais e estaduais de cultura por meio do Plano Nacional de Cultura, ampliando assim os recursos orçamentários (SILVA e MIDDLEJ, 2011). Em meio à esse novo contexto, o Programa Cultura Viva, se desenvolveu como uma ação que segue esse novo enfoque.

PARTE II

5. Ponto de Cultura com Histórico de Ações Culturais -Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco

A Associação Bloco do Beco foi criada no início de 2002 com finalidade primeira de resgatar uma tradição do bairro Jardim Ibirapuera, o carnaval de rua. Em função dessa primeira ação específica, o grupo tomou consciência que era necessário desenvolver mais ações culturais e esportivas na região. Sendo o bairro Jardim Ibirapuera, um bairro periférico e que abrange quatro grandes favelas da grande São Paulo, é notável por parte dessa comunidade uma grande carência de acesso a cultura e ao lazer. Já no ano de 2003, a Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do

Beco, foi de fato oficializada, e simultaneamente vários grupos já começaram a trazer diferentes projetos e ações que foram desenvolvidos nas mais diversas áreas: “artesanato, dança, teatro, percussão, hip-hop, literatura, mostras de vídeos, palestras e saraus, dentre outras.”⁶

Em parceria com outras organizações de diversos cunhos, equipamentos públicos, coletivos culturais e os próprios moradores, a Associação tem o seguinte objetivo:

“Estimular a articulação política, social e cultural da região por meio de debates, encontros, rodas temáticas, palestras, oficinas e promoção de eventos, visando sempre transformar as ideias e propostas da população, em especial a dos jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, em ações práticas de superação de problemas e enriquecimento cultural e educacional.”⁷

Nesse sentido, é válido desenvolver algumas características práticas do local onde a organização se insere e de sua população. Primeiramente, o Jardim Ibirapuera é localizado na Zona Sul de São Paulo e é formado por uma área urbanizada e três comunidades: Favela da Erundina, Favela da Felicidade e Jardim São Francisco. Integram a subprefeitura do M’Boi Mirim que abrange aproximadamente 12.000 habitantes tendo 3.300 imóveis. Além disso, algumas informações colocadas pela Associação mostram que a região possui uma juventude fortemente mobilizada, além de uma grande presença de movimentos culturais autônomos. Esse cenário de engajamento, é anterior à implementação da política de pontos de cultura no local, principalmente devido ao fato da insuficiência estrutural de oferta de serviços básicos como saúde, educação, saneamento básico e os próprios equipamentos de lazer e cultura.

A Associação, como um todo, possui três sedes distintas: “Casa do Bairro” e o “Bloquinho do Brincar”, no bairro Jardim Ibirapuera, e a “Sedinha Santa Josefina” no bairro Jardim São Francisco. O Bloquinho, é um espaço direcionado para crianças, desenvolvendo atividades como: jogos, rodas de leituras, artesanato, oficinas de Maracatu, teatro, artes plásticas entre outros. Na Sedinha, desenvolvem-se atividades de cunho político, como encontros e debates voltados prioritariamente para jovens, articulando vários coletivos de juventude como “Periferia Segue Sangrando” e o

⁶ Bloco do Beco, sobre nós: <http://www.blocodobeco.org/#!/blank-1/cwnz>

⁷ Bloco do Beco, sobre nós: <http://www.blocodobeco.org/#!/blank-1/cwnz>

“Fala Guerreira”.⁸ Por fim, a Casa do Bairro é onde se encontra de fato o Ponto de Cultura Bloco do Beco, que desenvolve atividades para todos os públicos produzindo oficinas de Dança de Salão, Samba-Rock, Capoeira, Ballet e Sopros.⁹

6. Ponto de Cultura sem Histórico de Ações Culturais – Ação Educativa

A origem do Ação Educativa, se desenvolve primordialmente durante o ano de 1974 com a fundação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). Durante a década de 80 um grupo do Cedi se articula para desenvolver um projeto de alfabetização juntamente com o sindicato dos seringueiros. Nesse contexto, começa-se a perceber uma escassez de organizações concentradas no tema da educação escolar (em contraste com a alfabetização de adultos que vinha crescendo), atrelado ao crescimento da questão da juventude que também carecia de instituições não-governamentais que desenvolvessem conhecimento sobre o tema e contribuíssem para sua visibilidade.¹⁰

Nesse sentido, levando em consideração essas questões primordiais do período, em 1994 alguns membros do Cedi juntaram-se para criar uma organização que contemplasse esses problemas. Dessa forma, a missão dessa nova organização era: “promover os direitos educativos e da juventude, sob a perspectiva da justiça social, da democracia e do desenvolvimento sustentável”¹¹. Com essa estrutura, surge assim o Ação Educativa. A organização buscava aliar um trabalho de pesquisa e produção de conhecimento, à políticas públicas e ao incentivo à participação política dos agentes das áreas de educação, juventude e mais recentemente da cultura.

O desenvolvimento do Ação Educativa se caracteriza por um processo de três fases. Primeiramente, um período inicial de consolidação e continuidade do trabalho

⁸ Conexões da Zona Sul, Mapeamento participativo da economia solidária na Zona Sul de São Paulo, Bloco do Beco, como surgiu? Disponível em: <<https://conexoesdazonasul.wordpress.com/2016/02/25/bloco-do-beco/>>

⁹ Conexões da Zona Sul, Mapeamento participativo da economia solidária na Zona Sul de São Paulo, Bloco do Beco, o que é? Disponível em: <<https://conexoesdazonasul.wordpress.com/2016/02/25/bloco-do-beco/>>

¹⁰ Ação Educativa, Histórico da organização. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/component/content/article/54-institucional/4207-uma-jovem-ativista-por-direitos>

¹¹ Definição de missão, Ação Educativa, Histórico da organização. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/component/content/article/54-institucional/4207-uma-jovem-ativista-por-direitos>

do Cedi, aumentando o número de funcionários e de organizações parceiras; Em segundo lugar, uma consolidação de autonomia, inaugurando sua sede própria no ano 2000; e por fim, em 2006, foi constituída de fato a área cultural atrelada a preocupação com as desigualdades. De acordo com a coordenadora do Ação Educativa, Vera Masagão Ribeiro, a inserção da cultura na organização, trouxe novas questões para as outras áreas já existentes (juventude e educação), como exposto em sua fala: “Os grupos culturais que atuam na cena periférica trouxeram novas práticas, saberes e formas de fazer política, demandando uma reflexão e uma ação especiais. Isso mudou o nosso jeito de olhar para o que estamos fazendo”.¹²

Explanado o histórico geral da Ação Educativa, se faz necessária uma focalização no histórico cultural de uma perspectiva interna e ainda relacionado com o contexto dos pontos de cultura. O coordenador adjunto da área de cultura, Antônio Eleilson Leite, que esteve presente em todo esse processo de inserção da área cultural no Ação Educativa, conta que mesmo que a questão cultural já estivesse presente no cotidiano do Ação Educativa, ela se estrutura e se concretiza de fato com a política de ponto de cultura. No ano de 2005, o primeiro edital para pontos de cultura foi liberado, e nessa época o Ação Educativa tinha a cultura como uma área considerável, desenvolvendo ações principalmente voltadas ao Hip Hop na periferia. Entretanto, a área cultural ainda não estava estruturada como um Programa, ou seja, não tinha uma estratégia de ação institucionalizada e não obtinha o mesmo patamar de importância dos programas de Educação e Juventude.

Nesse cenário, anterior ao ponto de cultura, Eleilson conta que o processo de tomada de consciência, se vendo como um espaço cultural, muito se concretizou pelo contato constante com outras organizações culturais. Dessa forma, essa experiência e essa percepção possibilitaram à área cultural influenciar positivamente os outros ramos da organização. Em meio à esse contexto, no Plano Trienal iniciado em 2006, a cultura se firma, de fato, como um Programa¹³ dentro do Ação Educativa. Assim, após a conclusão desse Plano Trienal a área cultural já estava bastante sólida e significativa. Em 2009 foi aberto novamente o edital para ponto e pontão de cultura e

¹² Ação Educativa, Histórico da organização. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/component/content/article/54-institucional/4207-uma-jovem-ativista-por-direitos>.

¹³ Definição de Programa - Requisitos de um Programa no Ação Educativa são: ter uma equipe permanente e desenvolver e realizar projetos. Além disso, é necessária uma dimensão de experimentação (onde são feitas as apresentações, cursos entre outros), uma de produção de conhecimento e de incidência política.

o Ação Educativa ganhou ambos, entretanto devido a complicações internas (governamentais), foram efetivados apenas como ponto de cultura. Com essa mudança, Eleílson conta que a questão da incidência política progrediu relevantemente devido as redes e as teias proporcionadas pela política, fortalecendo a comunicação entre os pontos. Além disso, foi colocado, que a denominação “ponto de cultura” traz legitimidade e reconhecimento à organização. Sendo assim, acredita-se que a política de pontos de cultura estruturou de fato a vertente cultural dentro da Ação Educativa, direcionando ações voltadas para periferia caracterizando a organização como o “Espaço Cultural Periferia no Centro”.

O Espaço, localizado na Rua General Jardim, 660 no bairro Vila Buarque, tem objetivo de “promover a difusão e a experimentação artística, a formação, a participação política e apoiar e dar visibilidade a projetos culturais e artísticos.”¹⁴ Assim, o Espaço, como ponto de cultura, desenvolve ações locais comunicando-se com o movimento de juventude e cultura na periferia. Quanto a programação do ponto, o Espaço mantém apresentações artísticas, apoia e forma grupos culturais além de possuir eventos permanentes como o ExpoGraffiti, realizado dia 21 de Março, dia do Graffiti. Outro projeto muito relevante da Ação Educativa é a Agenda Cultural da Periferia, a agenda surgiu em maio de 2007 para divulgar ações culturais desenvolvidas na periferia, que não possuíam espaços de divulgação especializada.

Em linhas gerais, as ações culturais existiam na Ação Educativa antes de estarem envolvidos com a política de pontos de cultura. Sendo que, em 2005 (primeiro edital de pontos de cultura) a organização não se reconhecia e não se percebia de fato como espaço cultural, mesmo realizando algumas ações na área. Desenvolvendo, estruturando e percebendo seu potencial cultural, o Ação Educativa foi se transformando e se adaptando. Após esse período de maturação, a política de pontos de cultura foi a responsável pelo crescimento e pela estruturação de fato, da cultura dentro do Ação Educativa.

¹⁴ Ação Educativa, Ponto de Cultura. Disponível em :<<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/ponto-de-cultura>>

PARTE III

7. Conclusão

A análise bibliográfica, Parte I, teve a finalidade de expor a ideologia e o processo de implementação do Programa Cultura Viva e a política de pontos de cultura. Ainda nessa etapa, foi apresentado um histórico do contexto cultural global e brasileiro, no qual compreendemos como o Cultura Viva se insere em um modelo de *mecenato* transformando essa lógica. Nesse sentido, percebemos a necessidade e a importância da noção de cultura como direito, defendida pelo Cultura Viva. Na segunda parte do presente trabalho, desenvolveu-se um relato explanando e exemplificando o funcionamento e a dinâmica do Ação Educativa e do Bloco do Beco. Dessa forma será possível, a partir da teoria proposta, analisar e comparar os dois casos, colocando suas diferenças e similaridades em choque apontando as relações entre um ponto de cultura com histórico de ações culturais e outro sem.

Com o intuito de fornecer uma visualização desses dois contextos e históricos distintos, é válida a construção de uma tabela comparativa que possibilita um diagnóstico concreto analisando alguns aspectos considerados importantes.

	Ação Educativa	Bloco do Beco
Origem	Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).	Resgate do Carnaval de Rua no Bairro Jardim Ibirapuera
Ano de criação	1994	2002
Estrutura Física	Sede do Ação Educativa prédio 7 andares bairro Vila Buarque, dois andares área cultural.	Três sedes: “Casa do Bairro” e o “Bloquinho do Brincar”, no bairro Jardim Ibirapuera, e a “Sedinha Santa Josefina” no bairro Jardim São Francisco 2002
Ponto de Cultura	Desde 2009	Desde 2009
Atividades	Programação regular de apresentações artísticas e de formação e apoio a grupos culturais. Evento permanente ExpoGraffiti. Agenda Cultural da Periferia.	Oficinas de Dança de Salão, Samba-Rock, Capoeira, Violão e Maracatu, voltadas para o público infantil, juvenil e adulto

A partir da análise comparativa da tabela podemos expor alguns entendimentos concretos. Primeiramente, podemos observar a clara diferenciação das origens de ambas organizações. O Ação Educativa surge como dissidência de uma organização já existente (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), com o intuito de desenvolver um trabalho distinto da mesma, porém também voltado para o tema da educação. Em contraste, o Bloco do Beco, surge de uma mobilização comunitária com a finalidade de resgatar uma tradição cultural do bairro, o carnaval de rua. Nesse sentido, existe um engajamento primeiro a fim de garantir uma ação cultural. Outra diferenciação apontada na tabela, é a estrutura dos pontos. O Ação Educativa se localiza em uma área central (Vila Buarque) da cidade, em um prédio, no qual o espaço é dividido entre as três áreas de interesse, Juventude, Educação e Cultura. O Bloco possui três sedes próprias, em regiões periféricas da cidade (Jardim Ibirapuera e São Francisco), desenvolvendo atividades culturais e políticas abrangendo todos os públicos.

Podemos observar também, que a Ação Educativa é mais antiga que o Bloco do Beco, tendo se modificado e se desenvolvido relevantemente desde sua criação. Outro dado temporal interessante, é o tempo que cada organização se encontra como ponto de cultura, ambas foram contempladas pelo mesmo edital de 2008 e foram efetivadas em 2009. Em 2013 ambas foram novamente selecionadas.

Por fim, temos a comparação das atividades desenvolvidas por ambas organizações. Observando as informações, podemos perceber que o Bloco desenvolve ações na periferia voltadas para a própria periferia, que carece de equipamentos culturais e de lazer. Sendo assim, apresenta-se uma necessidade desenvolver essas atividades culturais, pois a região não possui essa oferta. Em contraposição, a Ação Educativa, sendo o Espaço Periferia no Centro, tem o objetivo de promover uma difusão dessas atividades concebidas na periferia trazendo-as para região central, promovendo formação, participação política e apoiando a visibilidade desses projetos culturais. Nesse sentido, posto que a Ação Educativa está localizada em uma região central e esta possui grande oferta de aparatos culturais, a organização se dispõe a trazer projetos culturais da periferia e dar visibilidade de uma perspectiva “central” aos mesmos. Ou seja, propõe-se trazer a periferia e a cultura da periferia, para o centro da cidade e para o centro das atenções, valorizando uma cultura por vezes marginalizada e excluída.

Analisada a tabela comparativa e entendendo o contexto da Ação Educativa e

do Bloco do Beco, é interessante refletir sobre esse cenário a partir do conceito de legitimidade. Primeiramente, esse conceito, de acordo com Suchman (1995) se define como: "A percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas, ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições."¹⁵ Nesse sentido, entende-se que as organizações tem uma tendência à se institucionalizarem, cultivando sua legitimidade em um contexto social, para que possam sobreviver e crescer. A importância da legitimidade, reside no fato que a aceitação das atividades de uma organização é necessária para garantir o apoio de grupos fundamentais, além de facilitar o acesso a recursos. Em suma, uma organização não pode operar em seu campo de ação, se não obtiver apoio de grupos relacionados à essas ações e dessa forma, se não tiver legitimidade.

Explanado o conceito de legitimidade, é necessário examina-lo relacionado aos casos estudados. É importante colocar primeiramente, que ambas organizações, cultivam e conservam suas legitimidades, entretanto observa-se caminhos distintos para esse fim. Assim, analisando o contexto de surgimento das organizações e suas transformações em ponto de cultura, podemos inferir que o Cultura Viva e a política dos pontos de cultura tiveram um papel distinto na evolução da Ação Educativa e do Bloco do Beco.

A Ação Educativa não começou suas atividades desenvolvendo ações culturais, como explicado anteriormente, a programação cultural da organização foi se estruturando e se fortalecendo com o passar dos anos. Dessa forma, entende-se que a partir desse processo, a organização começa a obter legitimidade e se apresentar como um espaço e um polo cultural. Em outras palavras, ela não se funda legítima no campo organizacional cultural, ela vai ganhando essa legitimidade aos poucos. Em meio a esse movimento, a política de pontos de cultura vem com o intuito de estruturar de fato a organização, como um ambiente disseminador e criador de ações culturais, gerando confiança e credibilidade. A política de pontos de cultura tem um poder de legitimação relevante: Primeiramente, desenvolvendo a comunicação pelas teias, de maneira prática; Além de fornecer credibilidade à organização de modo abstrato. Essa comunicação com outros espaços culturais, potencializada pela política,

¹⁵ SUCHMAN, M. C. (1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*. Tradução própria.

desenvolve uma confiança e uma troca muito necessária na formação de um espaço cultural legítimo. Além disso, entende-se que ser um ponto de cultura, proporciona uma maior confiança para grupos e coletivos que desejam se relacionar e participar de ações desenvolvidas pela organização. Devido a defesa dos princípios colocados pelo Cultura Viva - cultura como direito e a valorização da diversidade cultural - fica implícito que os pontos de cultura devem seguir essas diretrizes. Dessa forma, com essas concepções garantidas, as atividades da organização transmitem mais confiança e legitimidade.

Em contraste, a Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco, foi desenvolvida em um contexto de engajamento comunitário, sobrevivendo e crescendo por meio da própria comunidade. Dessa forma, entende-se que sua legitimidade na cultura já foi estruturada em seu desenvolvimento embrionário. Os grupos que se articularam para fundar o Bloco do Beco se articulavam com espaços culturais locais tornando mais fácil e mais orgânica essa comunicação e a criação. Em um contexto de grande carência de aparatos culturais e de lazer, o desenvolvimento de uma organização voltada para esse fim, foi instantaneamente legitimado pela comunidade, que se apresenta como um grupo chave para o sucesso e o crescimento da organização. Nesse contexto, a política de pontos de cultura vem com o intuito de valorizar uma iniciativa já bastante enraizada e legitimada nessa sociedade, trazendo recursos e apoio governamental á uma organização já bastante desenvolvida na cultura.

Em linhas gerais, entende-se que no caso da Ação Educativa, que não possui uma formação cultural primeira, a política de pontos de cultura vem para estruturar, garantir e legitimar de fato, a programação cultural dentro a organização. Por outro lado, temos o Bloco do Beco, como uma organização que foi possível pela legitimidade fornecida pela própria comunidade, que foi ao mesmo tempo criadora e usufruidora da organização. Dessa forma, o engajamento comunitário possibilita uma legitimidade anterior à política de pontos de cultura. A política de pontos de cultura e o Cultura Viva, no Bloco do Beco, se implementam com um intuito diferente da Ação Educativa, não com o intuito de estruturar mas sim com intuito de fortalecer o ideal de cultura como direito.

Dessa forma, conclui-se que, ambas as organizações conseguem um lugar de legitimidade na cultura, entretanto, através de uma reflexão histórica percebeu-se que os caminhos para legitimidade se diferem. O Cultura Viva permeia a existência dessas duas organizações também de maneiras distintas, entretanto, em ambas pode-se

enxergar os objetivos do Programa claramente. O respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade; potencialização de iniciativas culturais visando a cooperação e a solidariedade; estímulo ao uso e a apropriação dos espaços artísticos e culturais; e por fim, a garantia da cultura como um direito à todos os cidadãos.

8. Referencias Bibliográficas

Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco, Quem somos. Disponível em: <<http://www.blocodobeco.org>>

BARBOSA, Cláudia L; MEDEIROS, Rosana C. F.; LYRA, Valéria M. G. *Avaliação dos Pontões de Cultura do Programa Cultura Viva*. O perfil dos Pontões de Cultura. O Olhar dos gestores do Programa Cultura Viva. Relatório da Pesquisa Avaliativa do Programa Cultura Viva. IPEA: Brasília, 2011.

COHN, Gabriel. *A concepção oficial da política cultural nos anos 70*. In: MICELLI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

Conexões da Zona Sul, Mapeamento participativo da economia solidária na Zona Sul de São Paulo, Bloco do Beco. Disponível em: <<https://conexoesdazonasul.wordpress.com/2016/02/25/bloco-do-beco/>>

DURAND, José Carlos. *Cultura como objeto de política pública*. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n.2, Apr. 2001.

GIL, Gilberto. *Declaração dada em encontro com artistas em Berlim*, em 02 de setembro de 2004, disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2004/09/02/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-cultura-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim/>>

GT CULTURA VIVA. *Relatório do Redesenho do Programa Cultura Viva*. Grupo de Trabalho Cultura Viva. IPEA/SCDC: Brasília, nov. 2012.

MEDEIROS, A. K. Políticas públicas e organizações culturais: O caso do programa Cultura Viva. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas.

MINC, MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva*. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/>>

OLIVIERI, Cristiane G. *Cultura neoliberal: leis de incentivo como políticas públicas de cultura*. Col. Visões da Cultura. São Paulo: Escrituras, 1. ed., 2004.

Redesenho Cultura Viva - ppt. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:I1qvY48utEsJ:www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/11/Redesenho-Cultura-Viva-IIIRT.ppt+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>>

RUBIM, Antonio A. C. *Políticas culturais e novos desafios*. Matrizes (USP), v. 2, 2009, p. 93-115.

SARTOR, Carla D. *As Políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura*. Rio de Janeiro, 2011. 404 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery. *Cultura viva: Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; MIDDLEJ, Suylan. *Políticas Públicas Culturais: a voz dos gestores*. Brasília: IPEA, 2011.

SILVA, Frederico. A. Barbosa da; ZIVIANI, Paula; BEZERRA, Analucia S.; VILUTIS, L. ; SIMOES, Raul L. B. A. ; LIMA, Luciana P. B. ; MEDEIROS, A. K.. *Cultura viva: as práticas de pontos e pontões*. 1. ed. Brasília: IPEA, 2011

SUAREZ, Ana Cruz; ROMAN, Alberto Prado, ROMAN, Miguel Prado. Cognitive Legitimacy, Resource Access, and Organizational Outcomes. *Rev. adm. empres.* vol.54 no.5 São Paulo Sept./Oct. 2014.

SUCHMAN, M. C. (1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*,20(3),571-610.

TOEPLER, Stefan; DEWEES, Sarah. *Are there limits to financing culture through the market? Evidence from U.S. museum field*. *International journal of public administration*, 28:1-2, 2005, p. 131-146.